

## A IMAGEM DA POLÍTICA E DOS POLÍTICOS NA PERSPECTIVA DA FOLKCOMUNICAÇÃO: UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA

*Antonio Hohlfeldt\**

---

**Resumo:** O artigo desenvolve um estudo a respeito das relações entre o jornalismo e a política, especialmente destacando a forma do jornalismo informativo e do opinativo, de que destaca a coluna como um dos espaços privilegiados para a informação e a opinião política. Mostrando-se o quanto o colunismo político pode estar ligado à tradição do “fait divers”, faz-se, por fim, análise de alguns livros que têm publicado histórias políticas ou transcrito colunas de jornalistas que fazem jornalismo político, para mostrar as tendências desse tipo de produção jornalística.

**Palavras-chave:** Teoria do jornalismo; jornalismo político; jornalismo opinativo; fait divers; jornalismo e política.

**Abstract:** The article studies the relations between journalism and politics, mainly pointing out the informative and opinionative way that makes the section as one of the privileged spaces for the political information and opinion. Showing how much the political editorial section may be connected to the “fait divers” tradition. Some books that have published political histories or transcribed journalists’ editorial sections that make political journalism have been analyzed to show the tendencies of this kind of journalistic production.

**Key words:** Journalism theory; political journalism; opinionative journalism; fait divers; journalism and politics.

---

\* Doutor em Linguística e Letras. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS.

Devo ao Professor Doutor José Marques de Melo a oportunidade de, pelo menos nos últimos três anos, explorar algumas perspectivas no mínimo inusuais nos diferentes campos da comunicação. Dediquei-me, há dois anos, num encontro anterior a esse, a buscar a imagem da imprensa e dos jornalistas na literatura nacional. Mais recentemente, abordei a experiência literária de Luís Beltrão, a quem devemos nossa disciplina. E agora, para esta 7ª Folkcomunicação, ainda por sugestão de nosso mentor maior, pretendo discutir, em caráter exploratório, a imagem da política e dos políticos, tal como se apresentaria numa perspectiva de nossos estudos.

Para tanto, dividi esse trabalho em quatro diferentes momentos: a) uma retomada dos conceitos básicos sobre as funções jornalísticas, bem como o colunismo, especialmente o colunismo político, enquanto prática jornalística; b) a folkcomunicação, sua história e sua aplicabilidade; c) o imaginário produzido por essas práticas jornalísticas, da charge ao *fait divers*, passando pelo escândalo político e, por fim, d) uma análise de alguns exemplos tirados a partir de obras por mim consultadas.

Valho-me, para tal, tanto da pesquisa bibliográfica quanto de uma pretendida experiência profissional e pessoal, adquirida ao longo dos anos. Espero que a paciência e a tolerância de todos me permitam chegar até o fim.

## I

O jornalismo produz uma espécie específica de conhecimento (Meredith, 1992). Ele é uma versão possível de determinada realidade, versão esta que se realiza através de uma narrativa apresentada através do que denominamos um meio de informação, que faz o elo de ligação entre o acontecimento em si e as pessoas que não foram testemunhas daquele mesmo acontecimento. Nesse sentido, o jornalismo é uma *necessidade social* (Jobim, 1992, p. 181). Depende de periodicidade, de universalidade e de instantaneidade, dentre outros atributos. A essência do jornalismo é narrar fatos ocorridos em determinado lugar e em determinado momento, com uma abrangência ampla de interesse, buscando atender o mais possível à instantaneidade e à imediaticidade entre o acontecimento e essa mesma narração, de maneira constante e permanente. O jornalismo se torna, assim, uma narrativa sobre determinado acontecimento da realidade mas, enquanto narrativa, pode igualmente interferir sobre aquela mesma realidade primeira, modificando-a.

Desde o surgimento do jornalismo, distinguiu-se e, ao mesmo tempo, conscientizou-se de que haveria pelo menos duas grandes maneiras de a prática jornalística se expressar. De um lado, essa narratividade, que indicamos, através do chamado *jornalismo informativo*, que vai da nota à notícia, abarcando inclusive a reportagem e a entrevista, enquanto modo de colher dados, transcritos mais tarde em uma reportagem, ou enquanto gênero próprio do jornalismo, registrada de modo diferenciado. De outro lado, o chamado *jornalismo opinativo*.

Se, no primeiro, o profissional deve ater-se exclusivamente aos fatos, eximindo-se de opinar a respeito deles, garantindo o mais possível a fidedignidade entre o relato e o

acontecimento, no segundo, ao contrário, a partir das informações disponíveis, o profissional deve expressar uma posição a respeito dos mesmos, chegando alguns autores, como Fraser Bond, a caracterizar um outro tipo de jornalismo (Bond, 1962), que seria o *interpretativo*. José Marques de Melo, contudo, chama a atenção para o fato de que a interpretação é um instrumento para a formação da opinião e que, portanto, não seria um gênero jornalístico (Melo, 1985). O pesquisador brasileiro atenta, primeiro, para a intencionalidade do autor do texto jornalístico como critério de sua classificação e, depois, para a estrutura do próprio texto, insistindo, assim, sobre uma dupla divisão, apenas, o *jornalismo informativo* e o *jornalismo opinativo*.

É sob a rubrica do jornalismo opinativo que se alinha a *coluna*, aproximando-se, ao mesmo tempo, da caricatura (que, aqui, identificamos com a *charge*), que *emitem opiniões temporalmente contínuas, sincronizadas com o emergir e o repercutir dos acontecimentos*, segundo o mesmo Marques de Melo (Melo, 1985, p. 49).

O jornalismo informativo depende de uma negociação constante entre proprietários do veículo, ou editores, e seus profissionais, bem como de um contexto social e de uma série de variantes que o chamado *newsmaking* vem estudando já há algumas décadas<sup>1</sup>, diante dos diferentes *filtros* que caracterizam as rotinas da cobertura jornalística, envolvendo pautas, fontes e procedimentos editoriais. Mais que isso, sabe-se que certas práticas editoriais, como a titulação, afetam igualmente a leitura possível de um texto informativo<sup>2</sup>, interferindo de modo decisivo sobre a leitura que dele se faça.

O jornalismo opinativo, nesse sentido, é mais transparente. Desde logo, a partir da narrativa de um acontecimento, narrativa implícita ou explícita no texto, o profissional comenta-a, interpretando-a, e dispõe-se a discuti-la, segundo determinadas óticas, pessoais ou filosóficas, que adota, apresentando-as ao leitor e com ele dialogando. Na verdade, o jornalismo opinativo, tanto quanto o informativo, nasceu com o próprio jornalismo, desde o século XVIII, pelo menos, até as últimas décadas do século XIX. Do jornalismo, enquanto empreendimento pessoal ou partidário, denominado de publicística (Rüdiger, 2003), até o momento em que o jornalismo se torna uma empresa, concretizando um produto – a notícia – como qualquer outro produto, disponibilizado enquanto bem de consumo e troca, pela aquisição do jornal ou por uma assinatura – o jornalismo foi simultaneamente informativo e opinativo. Lembremos as primeiras folhas inglesas de Steele (*The Tatler*), Addison (*The spectator*) ou Swift (*The daily courant*), bem como as francesas que vão anteceder e formar a Grande Revolução de 1789. No Brasil, basta citar desde o *Correio Brasiliense*, de Hipólito José da Costa, até o *Observador Constitucional*, de Líbero Badaró. A opinião, contudo, pode ser manifestada a partir de três diferentes fontes: a do proprietário do jornal ou de seu representante, expressa pelo editorial; a opinião de um profissional, contratado pela empresa jornalística para tal tarefa – e em geral, hoje, os jornais apresentam, através de colaboradores,

---

<sup>1</sup> Ver a respeito WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1992, ou BARROS FILHO, Clóvis. **Ética na comunicação**. São Paulo: Moderna, 1995.

<sup>2</sup> Ver a respeito MOUILLAUD. Maurice. **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

variadas perspectivas de interpretação dos acontecimentos; e a opinião do próprio leitor, conquista mais recente, expressa pela sessão de cartas.

## II

Como se sabe, a partir dos anos 50, e especialmente a partir dos anos 60, do século passado, Luís Beltrão desenvolveu e aprofundou sua perspectiva a respeito da folkcomunicação, não só enquanto uma adaptação, mas como uma transposição aplicada de princípios da teoria funcionalista norte-americana<sup>3</sup>, a partir de dois princípios básicos: a existência de um duplo fluxo informacional e a importância de líderes de opinião (Beltrão, 2001).

Para Beltrão, a extensa e crescente rede de meios de comunicação de massa, atuando sobre os suportes os mais variados, nem sempre atinge a todos os segmentos populacionais, sobretudo em sociedades que, como a brasileira, experimentam grandes distâncias entre as diferentes classes sociais. Ainda que tenha decorrido quase meio século entre as pesquisas de Beltrão e o momento em que se discute tal tema, tendo-se expandido enormemente as diferentes redes de comunicação no Brasil, da televisão ao rádio, e hoje em dia com a internet, não está ultrapassada a perspectiva de Luís Beltrão. Até porque, mesmo que se considere que a abrangência das redes, fisicamente tomadas, tenha se expandido, territorialmente, a apreensão e compreensão da informação depende de outros contextos, como a cultura e a educação, que interferem – dificultando ou simplificando – o processo informacional como um todo. Também aqui, mesmo que se leve em conta as estatísticas mais recentes, dando conta da forte diminuição dos percentuais de analfabetos absolutos ou analfabetos instrumentais em nosso país, por menor que seja este percentual, mesmo que reduzido a um único dígito, ele se traduz em centenas de milhares ou mesmo milhões de brasileiros. Sobretudo, remanescem as distâncias culturais, talvez a questão mais problemática de nossa sociedade, a justificar os princípios teóricos da folkcomunicação.

De um lado, o próprio processo informacional não é tão simples quanto imaginou, num primeiro momento, Aristóteles, e repetiram as primeiras abordagens informacionais, nas décadas iniciais do século XX. Ou seja, entre um emissor primeiro e um receptor último, a mensagem percorre muito mais instâncias do que pensávamos inicialmente. Substituiu-se, assim, o diagrama original, unidirecional, de um emissor dirigindo-se diretamente a um único receptor, por uma perspectiva mais complexa, segundo a qual um emissor primeiro dirige-se a um sem-número de receptores, inclusive desconhecidos dele, através de múltiplos intermediários que são, simultânea e sucessivamente, também receptores primeiros e emissores segundos, terceiros, etc., de modo que o processo se torna bastante mais complexo. As redes comunicacionais, característica das sociedades de massa, propiciam, com grandes

---

<sup>3</sup> Especialmente os princípios estudados por Wilbur Schramm (SCHRAMM, Wilbur. **Proceso y efectos de la comunicación colectiva**. Quito: CIESPAL, 1964) citado por Luís Beltrão (Beltrão, 1980, p. 27-32).

aparatos e instrumental tecnologicamente sempre atualizado, tal procedimento, caracterizador do chamado *duplo fluxo informacional*.

Por outro lado, esses estágios intermediários fazem aflorar o que chamamos de líderes de opinião (Beltrão, 2001, p. 67). Eles podem ser outros jornalistas, que intermediam as múltiplas etapas do processo informacional, atuando em nome de suas empresas, mas podem constituir-se, igualmente, de lideranças comunitárias que, de certo modo, vivem uma dualidade: de um lado, as comunidades mais ingênuas, simples e despreparadas, muitas vezes socialmente marginalizadas, de que são oriundos e, de outro, os segmentos sociais mais atualizados, política e tecnologicamente considerados, dos quais o intermediário – o líder de opinião – traz a inovação ou a novidade, traduzindo-a, contudo, a um nível de compreensão e de apreensão de sua própria comunidade. Daí o conceito de folkcomunicação enquanto processo de intercâmbio de mensagens através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore (p. 73) que o pesquisador explicita, mais adiante: processo de intercâmbio de informações e manifestação de opiniões, idéias e atitudes da massa, através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore (p. 79).

Fica claro, portanto, que a função do líder de opinião não é de dominação ou de alienação, apenas levando novos valores da sociedade alienígena para a autóctone, mas sim, de propiciar verdadeira comunicação, na medida em que, se, de um lado, introduz inovações na sociedade mais tradicional, de outro modo difunde os valores daquela mesma sociedade nos demais segmentos sociais. Assim, temos o processo que, contemporaneamente, tem sido denominado de hibridismo (Melo, 1998), caracterizado pela convivência de diferentes e por vezes até mesmo contraditórios valores culturais e morais em determinadas sociedades.

O líder de opinião, segundo mostrou Beltrão, caracteriza-se por a) prestígio na comunidade; b) exposição a mensagens do sistema de comunicação social massivo; c) freqüente contacto com fontes externas autorizadas de informação; d) mobilidade física e social; e) arraigadas convicções filosóficas ligadas a seu grupo de origem (Beltrão, 1980, p. 35).

Sobre os grupos *marginalizados*, a partir dos quais se poderia estudar os fenômenos da folkcomunicação, Luís Beltrão categoriza-os enquanto a) grupos rurais, b) grupos urbanos e c) culturais.

Em nosso texto, vamos abordar especialmente os grupos urbanos, para os quais a atividade política oferece uma espécie de atração especial, ainda que não se possa esquecer que, junto aos grupos rurais, a tradição do *compadrio*, tão bem estudado, dentre outros, por Vítor Leal, também propicie aproximação significativa entre a população e a atividade política. Basta que se leia o que diz Beltrão a respeito, caracterizando cada um desses segmentos:

Os grupos rurais marginalizados são constituídos de habitantes de áreas isoladas (carente de energia elétrica, vias de transporte eficientes e meios de comunicação industrializados), subinformados, desassistidos ou precariamente contactados pelas instituições propulsoras da evolução social (Beltrão, 2001, p. 41).

Quanto aos grupos urbanos, afirma ele:

Os grupos urbanos são caracterizados, sobretudo pelo reduzido poder aquisitivo, devido à baixa renda, pois esses grupos são formados por indivíduos que percebem baixos salários em empregos ou subempregos que não exigem mão-de-obra especializada [...], além de pequenos negociantes, servidores públicos subalternos, aposentados, menores sem ocupação, biscateiros e pessoas que vivem de expedientes ilegais [...] (Beltrão, 2001, p. 55).

É de se destacar, ainda, que boa parte dessa população marginalizada urbana é oriunda de áreas rurais, que guarda ainda certas práticas e valores, já possuindo, em si mesma, pois, práticas híbridas, na medida em que sofre sucessivos processos de adaptação aos novos espaços em que busca sobreviver<sup>4</sup>.

Dáí o hibridismo ser característico desses segmentos que lutam, contraditoriamente, de um lado, para manter sua identidade original, mediante a guarda de certas práticas e valores mas, de outro lado, por questões de sobrevivência, necessitam adaptar-se e estar em dia a respeito de novas práticas e valores.

### III

A coluna está na origem do jornalismo opinativo. A coluna política, principalmente. Ela era, originalmente, um espaço, largo, por vezes ocupando toda a edição do jornal, comentando e julgando os acontecimentos políticos. Editava-se o jornal tendo em vista tal perspectiva. Isso se deveu à prática da paginação vertical, em que as matérias eram dispostas de cima para baixo, da esquerda para a direita, segundo a orientação da leitura ocidental (Melo, 1985, p. 104). Com o tempo, ela foi se condensando e cingindo-se a um espaço menor, sobretudo a partir do momento em que os jornais deixaram de ser apenas doutrinários e ganharam maior feição informativa. Hoje, a coluna é parte de uma página, reduzida, concretizada através de um ou mais comentários e alguns tópicos informativos que antecipam acontecimentos, graças às fontes de que disponha o profissional. A coluna, assim, passou a ser, além de um espaço, um sub-gênero do jornalismo opinativo, com diferentes padrões e características.

A coluna política – ou sobre os bastidores da política – é uma das mais prestigiadas, certamente porque, como explica George Fox Mott, o público quer saber os fatos por trás das notícias (Mott, 1997, p. 167), sobretudo em situações de crise. O papel das fontes, aqui, é fundamental: delas depende a chamada informação *off the record* que, muitas vezes, é recebida, para conhecimento do jornalista, sem que ele possa, contudo, num primeiro momento, utilizá-la. Ou, ao contrário, ele possui a informação, que poderá divulgar, sem identificar, contudo, a fonte. Nesses casos, indica-se apenas genericamente a existência de uma *fonte fidedigna*, por exemplo. O bom jornalista depende desse tipo de fonte, mas, como bem adverte John Hulteng (Hulteng, 1990), há que se ter cuidado em sua utilização, porque

---

<sup>4</sup> Ver a respeito MENEZES, Cláudia de. **A mudança**.

ela pode também servir de *balão de ensaio* ou, de outro modo, pode ser uma *informação plantada* por determinada fonte com objetivos pouco confessáveis, de que o jornalista tornar-se-ia instrumento inocente.

De qualquer modo, a coluna caracteriza um jornalismo mais personalizado, cuja dialogação com o leitor é mais direta. Ela se constitui, assim, numa arte e numa técnica (Mott, 1957, p. 179). Por isso mesmo, a coluna é, hoje, parte essencial do jornalismo contemporâneo, chegando mesmo a se constituírem páginas especialmente dedicadas a ela (em geral, a página 4, com os editoriais e os artigos de colaboradores), além daqueles espaços que se espalham ao longo da publicação. Avalia-se a importância de um jornal pela quantidade de colunas, em especial de colunas políticas. A coluna, por seu lado, é garantia de leitor e de interesse, na medida em que o colunista, por seu texto mais personalizado, gera identificações com os diferentes leitores: ela é assinada e seu responsável, de certo modo, ao mesmo tempo em que ganha prestígio perante o leitor, transmite esse mesmo prestígio ao órgão. O processo inverso também é considerado: ao ser contratado por um veículo prestigioso, o profissional recebe, por empréstimo, tal prestígio que, depois, vai ou não confirmar, através de sua atividade.

O colunista deve ter qualidades específicas. Em primeiro lugar, pleno conhecimento da área em que atua, garantindo credibilidade. De outro lado, originalidade e habilidade criativa são fundamentais para manter o interesse. Muitos colunistas chegam a manter uma equipe que trabalha para si, de modo a garantir amplitude e variedade de informações, as quais são depois selecionadas, confirmadas ou não, reproduzidas e comentadas.

A coluna tem uma relação direta com a formação da chamada *opinião pública*, mesmo que esse conceito, como quer Martin Vivaldi (Vivaldi, 1973, p. 141), seja difuso e complexo. *Que é a opinião pública e onde se encontra?* – pergunta-se ele, para responder, logo adiante:

[...] entendemos não uma opinião unânime de todos e de cada um dos componentes do corpo social, mas sim, designamos por opinião pública uma espécie de eco natural, de ressonância mais ou menos acorde e espontânea aos fatos entre os homens. Não é a opinião pública a opinião de cada um – pois então seria opinião individual – nem a de todos. É, como dissemos, uma espécie de consenso coletivo sobre certos problemas que provocam nas pessoas *uma determinada atitude mental* (Vivaldi, 1973, p. 142).

Martin Vivaldi (Vivaldi, 1973, p. 142) acrescenta que “é muito rara – para não dizer impossível – uma opinião pública generalizada. Existem, sim, certos estados de opinião, certas situações de opinião, em certos momentos da História e em alguns estratos sociais”.

Reconhece, ao mesmo tempo, que *o homem é um ser que comenta*, ou seja, que tem opinião e que, por extensão, gosta também de saber e conhecer a opinião dos demais, com os quais confronta suas próprias posições. O colunista, assim, assume uma responsabilidade eminentemente social, fundamental no jornalismo contemporâneo.

Também a charge tem uma história antiga. A caricatura pode ser exercida através do texto, e, daí, basta lembrar-se inclusive do surgimento de um gênero literário específico, entre

os romanos, a chamada *sátira* ou *satira*. Enquanto imagem, contudo, tal como é mais conhecida hoje em dia, ela se torna possível a partir do momento em que a evolução tecnológica permitiu a reprodução gráfica para além da composição da tipografia. Ela gerou uma popularização do jornal. A caricatura *glosa* e *comenta* um acontecimento, e o faz, enquanto *charge*, como a expressão o indica, carregando em seus traços. Foi por volta de 1830 que, com o surgimento de *La caricature*, deu-se início a esse tipo de prática jornalística. Não por um acaso, a caricatura ou a charge aparecem, muitas vezes, nos grandes jornais, na mesma página em que se situam os editoriais.

A atual caricatura não se limita ao desenho, sempre exagerado, que reproduz traços e ações do caricaturado. Ela pode se valer de montagens gráficas e colagens as mais variadas e tem o sentido explícito de ridicularizar, satirizar ou criticar (Melo, 1985)<sup>5</sup>. A caricatura, assim, por natureza, é de oposição, é do contra. Ela teve presença importante na história da imprensa brasileira, bastando lembrar-se de periódicos como *O carcundão*, de Pernambuco, de 1831, provavelmente o pioneiro entre nós, além de *Lanterna mágica*, no Rio de Janeiro, de 1844, ou *O Cabrião*, de São Paulo, que, a partir de 1864, revela a criatividade de Ângelo Agostini, um dos mais importantes de nossos caricaturistas, sem nos esquecermos do Barão de Itararé, Fernando Aparício Brinkerhoff Torelly, mais conhecido como Aparício Torelly, que infernizou a história do jornalismo brasileiro, com seu *Almanhaque*, a partir de 1949, depois de ter participado de *A manha*, que integra, intermitentemente, desde 1925, até 1958 (Ssó, 1984).

#### IV

A política, originalmente, era uma atividade não-remunerada, ligada à *polis* grega. Os cidadãos, em determinadas condições, participavam coletivamente das decisões que afetavam os interesses da coletividade (Maar, 1982). Isso ocorre a partir do chamado século de Péricles.

Para Aristóteles, a política tem a ver com o *bem comum*. Para isso, ele idealiza uma certa hierarquia de interesses. Se o homem é um ser político por natureza, ou seja, precisa viver em sociedade, os interesses dessa sociedade se sobrepõem aos interesses de sociedades menores. Assim, aos interesses pessoais se sobrepõem os da família; aos da família, os da cidade; e aos da cidade, os do Estado, tomado num sentido mais amplo. A atividade política, nesse momento, é uma responsabilidade de cidadania, não-remunerada, que convém àqueles que, tendo consciência dos interesses maiores da sociedade, têm o dever de lutar por eles, fazendo-os prevalecer sobre outros interesses menores e egoísticos.

Mudou o mundo e mudou a política. Maquiavel já fala sobre política sob uma perspectiva absolutamente diversa, porque a partir do poder exercido por um administrador ou regente ou seu partido. Para Maquiavel, assim, a política ganha uma instrumentalidade

---

<sup>5</sup> Ver também BELTRÃO, Luis. **Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica**. Porto Alegre: Sulina, 1976.



inexistente em Aristóteles. O pensador italiano defende a necessidade de que o príncipe, como denomina o administrador público, defenda os interesses do poder por ele exercido, primeiro pelo discurso, depois pela inteligência e, se isso não for suficiente, até mesmo pela força. Essa separação entre a sociedade e o poder político se consolida a partir do absolutismo. O poder é exercido, muitas vezes, em nome do povo, mas não mais por ele mesmo.

Se observarmos as sociedades primitivas, de modo geral, há uma clara identidade entre o mandatário e a sociedade. Ferdinand Tönnies entendeu claramente a situação quando distinguiu entre as sociedades comunais (*Gemeinschaften*) e as anônimas (*Gesellschaften*). Naquelas, fechadas e conservadoras, as coisas costumam a se modificar. Há uma espécie de controle social que nem mesmo os mandatários supremos ousam quebrar. O controle se faz de maneira direta, pessoalmente, já que todos conhecem a todos.

Nas sociedades anônimas, complexas, cujas dimensões superam em muito a possibilidade das relações pessoais, as coisas são diversas. Há um evidente distanciamento social: as pessoas já não se conhecem pessoalmente. Daí o surgimento e a importância dos chamados *meios de comunicação social*. As pessoas não têm condições de acompanhar pessoalmente todos os acontecimentos. Os meios de comunicação assumem a tarefa de acompanhar os acontecimentos, selecioná-los e transformá-los em narrativas, as notícias.

Na verdade, esse processo de controle social sobre o poder político é antigo. Na Grécia clássica, ele se exercia através do teatro, dentre outras formas, quer através da tragédia, quer através da comédia. Na tragédia, sobretudo entre Ésquilo e Sófocles, a opinião da comunidade era expressa através do coro que, por isso mesmo, era numericamente significativo. Ele personalizava valores, quer os da tradição, quer aqueles defendidos socialmente pela comunidade. O coro, assim, era uma espécie de consciência social que, mais tarde, seria assumido pressupostamente pelo jornalismo. Naquela sociedade, contudo, o distanciamento social era praticamente inexistente, se levarmos em conta que havia apenas duas classes de cidadãos, os gregos, propriamente ditos, e os demais.

Quando a sociedade se torna mais diversificada, a diferenciação social exige uma abordagem variada, sob pena de haver uma fragmentação social. É a partir do século XVI que a imprensa ganha seu papel, mas como circula apenas entre uns poucos alfabetizados, mantém uma dicotomia muito clara e simples: os letrados e os analfabetos. Os primeiros são os agentes eficientes do processo, porque capazes de ler os documentos, no caso, as folhas que começam a circular a partir do final da primeira metade do século. Os demais são os agentes pacientes, porque apenas ouvintes do texto que, lido coletivamente em voz alta, não tem como ser contestado, praticamente porque fora do controle de seus receptores.

O crescimento das taxas de alfabetização, ao longo dos séculos seguintes, modifica em parte esse panorama. Mas ainda que, na contemporaneidade, possa-se admitir altas taxas de alfabetização, as condições sociais são cerceadoras do pleno acesso aos processos comunicacionais massivos. Mantêm-se, assim, as condições de separação entre os que Edgar Morin considera como os *olimpianos* e os mortais comuns (Morin, 1977, v.1, p. 105). Nesse sentido, a coluna política ganha um *status* todo especial. Existe uma distância evidente entre

o cidadão comum e aqueles que se ocupam de uma atividade considerada superior, como a política.

José Marques de Melo sublinha essa função do colunismo: “o colunismo atende a uma necessidade de satisfação substitutiva existente no público leitor. Já que a maioria das pessoas está excluída do reduzido círculo dos colunáveis (poder/estrelato), dá-se-lhe a sensação de participar desse mundo, através dos colunistas (Melo, 1985, p. 107).

George Fox Mott confirma essa perspectiva, quando afirma:

Notícias importantes sobre a administração pública são muitas vezes extremamente complexas em sua amplitude. O crescimento recente no número de agências técnicas do governo torna essencial para a imprensa que o foco de atenção dos leitores sobre a área da administração pública possa controlar diretamente tais instituições (Mott, 1957, p. 167).

Não podendo participar diretamente dos acontecimentos, o leitor mais distante do palco de tais ocorrências se limita a acompanhá-las através das colunas dos jornais, comentários de rádio e de televisão. Mas o que reproduzem tais espaços? De modo geral, quer pela determinação de disponibilidade de espaços, quer pela rapidez entre a coleta da informação e a sua transformação em notícia, a versão apresentada é fragmentada, ela apanha o fato por sua aparência, pelo provisório do acontecimento, e não pela sua essência. Assim, o vocabulário utilizado é o da disputa, semelhante àquela disputa diária que o leitor desenvolve no seu cotidiano, para a sua sobrevivência, porque esse é vocabulário por ele dominado. Essa *estratégia de comunicabilidade*, como diria Jesús Martins Barbero (Barbero, 1997), garante a necessária comunicabilidade entre o colunista e seu leitor. Quando esse consumidor, contudo, não é um leitor, mas um ouvinte – e isso ocorre mais seguidamente do que se poderia pressupor – há que garantir, de qualquer modo, a comunicabilidade. Como isso se dá?

De um lado, é a função, já aqui, da caricatura e da charge. Porque, para ver-se e entender uma imagem, ainda que se necessite igualmente de um determinado repertório, ele não é o mesmo da escrita, e, neste sentido, para uma sociedade parcialmente alfabetizada, ele é mais simples e fácil de ser compreendido. De outro lado, do texto original, subtrai-se apenas aquilo que se considera como o essencial, que vai ser repetido e transmitido, de boca em boca, desde a fonte original até os mais distantes receptores, dentre os quais aqueles que residem nos bairros mais longínquos da esfera urbana ou, mesmo, nos espaços rurais. Ao longo de todo esse processo, assiste-se a uma simplificação constante: também aqui, substitui-se o essencial pelo aparente; o permanente pelo provisório; o substantivo pelo adjetivo, reduzindo-se todo o acontecimento a variáveis do tipo *fait divers* ou mesmo o *escândalo*, pura e simplesmente.

Em suma, tanto na caricatura quanto na coluna política, o que recebemos, essencialmente, é uma versão ou diferentes versões de um mesmo acontecimento. *Dessa forma, oculta-se ao eleitor o seu ser político, atribuindo-se esta qualidade apenas ao eleito*, afirma, corretamente, Wolfgang Leo Maar (Maar, 1982, p. 11), sugerindo-se a incompetência

do outro. No caso dos segmentos sociais urbanos, a idéia de aproximar-se do universo da política profissional atende basicamente a dois ditames: a) enquanto liderança comunitária, conseguir, através dessa aproximação, encaminhar as reivindicações de sua comunidade e b) alcançar solução individual para seus próprios problemas, na medida em que se torna vinculado a um determinado gabinete. A conseqüência de ambas as situações é a mesma: o prestígio social que lhe garante a liderança social em seu meio.

Quanto às comunidades rurais, gera-se o processo de migração. Para o habitante das áreas rurais, os serviços públicos básicos, como energia, água e saneamento, escola e assistência médica se encontram no espaço urbano para onde se busca migrar de qualquer modo, advindo daí a marginalização social das grandes cidades e os bairros periféricos e favelas.

## V

As versões dos acontecimentos políticos, assim, são estampadas e difundidas nas colunas políticas ou pelas charges a partir da perspectiva externa, aparente e provisória, que constituem versões como o *fait divers* ou o escândalo. O processo pode ir do boato para o registro escrito ou do registro escrito para a versão oral, que se difunde através do *diz-que-diz-que*.

Roland Barthes, em ensaio clássico a respeito, afirma que o *fait divers* ou notícia geral. Edgar Morin já havia estudado o mesmo fenômeno, de maneira mais generalista (Morin, 1977, v.1, p. 100)

[...] procederá de uma classificação do inclassificável, seria o refúgio desorganizado das notícias informes; sua essência seria privativa, só começaria a existir onde o mundo deixa de ser nomeado, submetido a um catálogo conhecido (política, economia, guerras, espetáculos, ciência, etc.) (Barthes, 1970, p. 57).

Tal como o boato, o *fait divers* nasce a partir do momento em que o receptor não tem pleno acesso ao acontecimento ou não possui total confiança em relação à versão que se lhe apresenta (Kapferer, 1993, p. 4). Ao contrário da lenda, que se vincula ao passado, o boato e o *fait divers* estão ligados ao presente. Mas enquanto o boato tende a expandir-se, sempre crescendo em detalhes e interpretações, o *fait divers* é uma informação que se esgota em si mesma. O boato, como o *fait divers*, possui relação com a realidade. O boato é uma possibilidade do acontecimento, dentre tantas outras. Daí que podem surgir diferentes boatos a partir de um mesmo acontecimento. Já o *fait divers* é um recorte mais plausível e coerente que, aparentemente por conter todos os elementos necessários para a informação plena, praticamente impede outras versões. Ele se apresenta com uma lógica própria. O boato, de modo geral, nasce dentro de um círculo oficial, a partir de uma fonte não identificada que, impedida de transmitir o conjunto de informações a respeito do fato, deixa escapar alguns elementos que, espalhados, vão gerando expectativas múltiplas entre os diferentes receptores.

O *fait divers*, ao contrário, possui uma fonte identificável, claramente localizável, mas que opta por escolher aqueles elementos do acontecimento capazes de gerar interesse e expectativa por seu aspecto inusual e incomum.

Deve-se acrescentar que o receptor da área rural está vinculado, culturalmente, a sociedades em que o sobrenatural é tomado como natural. Desse modo, quanto mais absurda a versão é muito provável que ela encontre mais receptividade. As credulidades e a ignorância científica, aliada a distância dos poderes constituídos, facilita a credibilidade dos boatos. Além do mais, o autor de uma versão, ao transmiti-la a outrem, credencia-se enquanto uma fonte – isto é, uma autoridade – frente os demais. No que toca ao *fait divers*, bem se conhece a expectativa das pessoas mais simples de participarem do universo e da proximidade dos *olimpianos*, na acepção, já mencionada, de Morin. Assim, um *fait divers*, pelos detalhes inusuais, sugere essa proximidade inexistente, evidencia comportamentos diferenciados em relação aos personagens ou, ao contrário, coloca-os nos mesmos patamares de vida cotidiana dos mais comuns dos mortais, transformando-os em pessoas simples e cotidianas, próximas e identificáveis com o receptor. De qualquer modo, em ambas as situações, o que é importante destacar é que ambos os procedimentos, o boato e o *fait divers*, permitem uma diminuição das distâncias sociais entre as fontes (e os personagens) e os receptores (os cidadãos).

Observa-se que o nascimento do próprio jornalismo está vinculado ao *fait divers* se tomarmos como referência as folhas volantes do século XVI, como os *canards sanglants*, folhetos lidos em voz alta, nas feiras, difundidos por escrito em poucos exemplares e repetidos *ad nauseam* em versões orais, por leitura ou decorados (com os inevitáveis acréscimos dos *autores* intermediários), a respeito de grandes acontecimentos como guerras, invasões e destruições de cidades, mas também a respeito de grandes crimes ou acontecimentos inusuais, em especial o aparecimento de fenômenos naturais ou o surgimento de nascituros com algum tipo de defeito físico (Lever, 1993).

O caso do escândalo é mais complexo, mas segue, em linhas gerais, a mesma lógica. De origem religiosa, o conceito do escândalo, segundo John B. Thompson, que se ocupou em obra recente do tema (Thompson, 2002), indica, em termos gerais, um deslize moral (p. 38). Seria, pois, primeiramente, a quebra de algum parâmetro comportamental ligado à religiosidade. Por decorrência, depois do século XVI, já laicizado, o termo passou a traduzir ações ou falas indecentes e difamatórias, ignominiosas ou que ofendessem sentimentos morais ou o senso da decência, ligando-se, pois, a costumes, leis e tradições, mais ou menos seculares.

Evidentemente, o escândalo não existe em si mesmo. Uma determinada ação só se torna *escandalosa* se revelada ou descoberta. E daí seu fascínio e sua vinculação com a mídia, de modo geral. Se os meios de comunicação, tradicionalmente, foram considerados guardiões da conduta social, eles têm o dever de zelar para que certos acontecimentos não ocorram e, se ocorrerem, que sejam conhecidos pelo público, para que não se repitam, pelo grau de desaprovação que geram socialmente. Dessa maneira atinge-se a reputação e a fama das pessoas envolvidas, que são condenadas e votadas ao ostracismo e à marginalização públicas, ainda que, muitas vezes, sua conduta gere um determinado grau de admiração, pelo percentual de quebra de comportamento provocado, de modo que pode inclusive, através do

boato, por exemplo, tornar-se, contraditoriamente, modelo – mesmo que condenável – de comportamento. Certos crimes, certos desvios de conduta de políticos, quando conhecidos, ainda que condenados oficialmente, não deixam de criar um determinado grau de admiração pela *coragem* que traduzem (Thompson, 2002, p. 51)<sup>6</sup>. O escândalo surge muito especialmente no campo da corrupção política, com desvios de vultosas verbas, descumprimento de legislações explícitas, etc. O escândalo, portanto, ao contrário do boato ou do *fait divers*, implica em visibilidade expressa, sem o que inexistente, circunscrevendo-se justamente, quando não comprovado, a esses dois outros campos, como ocorreu com o famoso episódio envolvendo o então Ministro da Saúde, Alcení Guerra, acusado de desvios na aquisição de bicicletas, sem os necessários procedimentos legais, para a sua pasta. Feitas as verificações necessárias, o Ministro foi absolvido totalmente pelo Tribunal de Contas da União. Soube-se, depois, ter havido interesses escusos nas acusações ao Ministro. Reduzido o escândalo ao nível do *fait divers*, certamente sobreviveu ainda durante muito tempo – talvez ainda hoje, vez por outra, retorne, quando o ex-Ministro, que permanece na política partidária, vá disputar algum cargo eleitoral, ao nível do boato.

Como se sabe, todo esse processo deriva do fato de que a política, como os meios de comunicação, trabalham com o imaginário, as imagens das pessoas e dos acontecimentos, que se constituem, apesar das próprias pessoas e dos acontecimentos, na cabeça dos cidadãos em geral, dos eleitores em particular, ainda que a política, muito especialmente, esteja preocupada com tais construções. Daí a questão da *encenação* que a política não só admite como exige. Como se tem reiterado tantas vezes, não basta o acontecimento em si, mas sim, a versão do fato. É evidente que a versão, quando esvaziada de seu correlato, o próprio acontecimento, acaba se desconstituindo. No entanto, para além do acontecimento em si, a política vive da dramatização, de sua própria encenação que se traduz no conjunto dos diferentes relatos, como vamos tentar demonstrar agora<sup>7</sup>.

## VI

Para terminar essas anotações, tomemos dois episódios. Encontramo-los, em nossa pesquisa, sempre com dois registros que, sem se contradizerem, evidenciam o processo de formação do boato, do *fait divers* ou do escândalo mas, sobretudo, traduzem, à excelência, a imagem que a mídia passa ao receptor a respeito da política e dos políticos.

O primeiro que escolhemos, por ser mais antigo, ocorrido em 1946 ou 1947, com um deputado constituinte estadual, ligado ao PCB – Partido Comunista do Brasil, e outro, seu

---

<sup>6</sup> Ver especialmente o diagrama.

<sup>7</sup> Ver a respeito, GOMES, Wilson. **Theatrum politicum**: a encenação política na sociedade dos *mass mídia*. In: BRAGA, José Luiz; PORTO, Sérgio Dayrell; FAUSTO NETO, Antônio (Orgs.). **A encenação dos sentidos**: mídia, cultura e política. Rio de Janeiro: Diadorim/COMPÓS, 1995, p. 69.

opositor e situacionista<sup>8</sup>. Em síntese, a situação abordada é a seguinte: Henrique Fonseca de Araújo, deputado constituinte estadual pelo Partido Conservador, discursava acaloradamente contra os comunistas, evocando a defesa da família. Foi quando um deputado comunista, Júlio Teixeira, pedindo-lhe um aparte, sugere que o orador é tão vinculado efetivamente à família que mantém duas sob sua responsabilidade. Uma oficial, e outra...

O curioso é que se lermos cada um dos textos, certamente teremos parte dos acontecimentos e dos dados que envolvem o episódio. A leitura dos dois textos ou versões, contudo, permite-nos um panorama mais amplo, mantendo-se, entretanto, ainda, certas dúvidas quanto à época, já que Aveline faz seu registro *lá pelo ano de 1947*, enquanto Ricordi é taxativo, ao abrir seu texto: *Constituinte de 1946...*

De um texto, fica-se sabendo o nome de ambos os contendores. De outro, apenas o nome do aparteante. A versão de Ricordi, até por suas dimensões, é sintética e, pode-se dizer, levando-se em consideração a idade do autor, uma versão de segunda mão. Quanto à versão de Aveline, seja por sua idade, seja por ser militante do PCB, pode-se pressupor seja a mais correta e mais ampla – daí os detalhes – que nos permitem verificar, contudo, a diferença entre os dois textos: o de Aveline pode-se inscrever, num primeiro momento, ao nível do escândalo. Imagine-se que a revelação, com detalhes, inclusive sobre onde fica a família não-oficial albergada, traria ao conhecimento público comportamento que fere a moral e os costumes, sobretudo advindo de um homem público e que, ainda por cima, discursa justamente a respeito da moral e dos costumes. Como o fato é antigo, poderíamos ainda buscar a contraprova dos acontecimentos posteriores, ou seja, a confirmação da revelação, tanto que o personagem em foco, mais tarde Procurador de Justiça do Estado, se não me engano, separar-se-ia da primeira esposa. Já a versão de Ricordi, pela síntese, não ultrapassa o campo do *fait divers*, apresentando-se quase que enquanto anedota envolvendo duas figuras públicas, em que uma é desmascarada pela outra. Mas o fato se esgota em si mesmo, enquanto anedota.

O episódio, de qualquer modo, ilustra o que, à época, deveria ser conhecido em determinadas rodas políticas enquanto boato. Daí podemos bem compreender o processo pelo qual determinada informação passa: do boato ao escândalo, reduzindo-se, mais tarde, ao *fait divers*.

De qualquer modo, o episódio nos permite abrir uma perspectiva de examinar tais acontecimentos sob uma perspectiva de categorização. Aqui, o oportunismo do aparte e o inusitado do mesmo leva a figura de Júlio Teixeira, o aparteante, a ser valorizado pela sua sagacidade e senso de humor. Aliás, uma prática que sempre provoca admiração naqueles que se encontram distantes dos círculos políticos é justamente a competência verbal e/ou oral demonstrada pelo político, traduzida, muitas vezes, na admiração que os grandes discursos

---

<sup>8</sup> Os textos respectivos estão no anexo deste trabalho. Este primeiro caso, encontramos-lo, respectivamente, em: Aveline, 1999, p. 181-182 e Ricordi, 1984, p. 25. O segundo caso, vamos-lo encontrar, respectivamente, em Aveline, 1999, p. 184-185 e em Canton, 2003, p. 44-45.

em praça pública provocam entre seus espectadores, mesmo que não tenham sido completamente ou quase nada compreendidos...

O outro exemplo é mais recente e bastante conhecido. Trata-se do falso anúncio da morte do Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, à época, Dom Vicente Scherer, que resultou numa autêntica *barriga*, como se diz na gíria jornalística, da Rádio Guaíba.

De novo, a comparação entre os textos mostra certa dificuldade na datação indicada Aveline, que menciona ter ocorrido o episódio *num certo domingo, no final dos anos 50*, enquanto Olides Canton é mais preciso: *Foi em 1957 ou 1958*. Observe-se que, por esta generalidade, fica evidente que nenhum dos autores fez aquilo que uma pesquisa conseqüente exigiria: a simples consulta aos jornais da época.

Seja lá como for, o texto de Aveline coloca-o como testemunha do acontecimento. Ele cita alguns personagens envolvidos, inclusive o locutor de plantão na emissora, dá detalhes como descobriu a verdade e evitou o equívoco. Canton, por outro lado, igualmente cita personagens e dá detalhes do episódio. Ambos coincidem nos acontecimentos gerais: alguém fez-se passar por um representante da Cúria e alertou ao plantonista da Rádio Guaíba sobre a morte de Dom Vicente. Impossibilitado de confirmar a notícia, por estarem todos os telefones da Cúria ocupados, o que, de certo modo, sugeria a confirmação do episódio, o locutor da Rádio Guaíba interrompeu a programação normal da emissora e, em edição extraordinária, como era então comum, deu a infausta notícia, mais infausta ainda para a emissora porque, mais tarde, ela seria desmentida.

Ocorre que as duas versões partem de pontos de vista diversos. O texto de Aveline fala *a partir do Departamento de Notícias da Rádio Gaúcha*, onde Aveline trabalhava naquela época, enquanto o texto de Canton reproduz os acontecimentos *a partir do Departamento de Notícias da Rádio Guaíba*. Em ambos os casos, pode-se igualmente seguir o desenvolvimento do processo informativo: do boato, transformado em informação e depois desmentido, ao *fait divers*, mesmo à época, se considerássemos um receptor menos envolvido com a hierarquia da Igreja Católica ou com os desdobramentos do acontecimento, e que reagiria com o comentário: *Morreu Dom Vicente, e daí?*, evidenciando o esgotamento do assunto na própria morte em si.

Poderíamos aqui multiplicar esse tipo de análise, propiciada pelos diferentes livros que se dedicam a registrar memórias de nossas redações e de nossos departamentos de notícias de emissoras de rádio e de televisão.

O que pretendi, aqui, de maneira exploratória, contudo, foi apenas exemplificar que o distanciamento da maior parte dos receptores dos mídia facilita e quase que exige que se multipliquem informações a respeito desses personagens. Na medida em que nem sempre *ocorre alguma coisa*, há que se fabricar um acontecimento. Ou, ainda que ocorra alguma coisa, na medida em que ela nem sempre satisfaz o grau de expectativa do receptor, há que o ampliar. Por fim, o imaginário que se faz da política e dos políticos, de modo geral, cria expectativas a serem atendidas, reduzindo-se acontecimentos variados a determinada tipologia que permite o receptor identificar e identificar-se - ou não - com aquela prática ou aquela personagem. Na verdade, toda e qualquer versão, verdadeira ou não, que circule em torno dos

personagens políticos, para encontrar legitimidade, precisa enquadrar-se naquilo que Marc Abélès denomina de rituais, sejam eles consensuais ou de enfrentamento (Abélès apud Ferry, 1998, p. 140). Sem tais enquadramentos, os acontecimentos se perdem no anonimato, sem registros, pois que não se enquadram no contexto mais geral da simbologia atribuída à política, de que se tornam espécie de procedimentos de ressonância, enquanto tautologias dos comportamentos esperados ou imaginados. Nesse sentido, mesmo acontecimentos que escapem às tipologias mais tradicionais são rapidamente simplificados para poderem ser interpretados dentro daquela padronização.

### Referências

AVELINE, João. **Macaco preso para interrogatório**: retrato de uma época. Porto Alegre: AGE, 1999.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**: história da imprensa brasileira. São Paulo: Ática, 1990. v. 1.

BAILLON, Jean-Claude (Ed.). **Fait divers**: annales des passions excessives. *Autrement*, Paris, n. 98, avril, 1988.

BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

BARBERO, Jesús Martin. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: a comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez, 1980.

\_\_\_\_\_. **Folkcomunicação**: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BOND, Frase. **Introdução ao jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1962.



BRAGA, José Luiz; PORTO, Sérgio Dayrell; FAUSTO NETO, Antônio (Orgs.). **A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política**. Rio de Janeiro: Diadorim/COMPÓS, 1995.

CANTON, Olides. **Pauta: o avesso das redações**. Porto Alegre: GrafPrint, 2003.

FERREIRA, Athos Damasceno. **Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX**. Porto Alegre: Globo, 1962.

FERRY, Jean-Marc et al. **El nuevo espacio público**. Barcelona: Gedisa, 1998.

GIMATE-WELSH, Adrian; TABACHNIK, Silvia (Orgs.). La comunicación política: transformaciones del espacio público. **De signis**, Barcelona, Gedisa, n. 2, abr. 2002.

HULTENG, John L. **Os desafios da comunicação: problemas éticos**. Florianópolis: UFSC, 1990.

KAPFERER, Jean-Noël. **Boatos: o mais antigo mídia do mundo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

LEVER, Maurice. **Canards sanglants: naissance du fait divers**. Paris: Fayard, 1993.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política?**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MONZÓN, Cándido. **Opinión pública, comunicación y política**. Madrid: Tecnos, 2000.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977. v. 1. Neurose.

MOTT, George Fox et al. **New survey of journalism**. Nova York: Barnes & Noble, 1957.

MOUCHON, Jean. **Política y médios: los poderes bajo influencia**. Barcelona: Gedisa, 1998.

PRÉVIDI, José Luiz. **Tempos do róseo**: histórias de jornalistas. Porto Alegre: Edição do autor, 2003

RICORDI, Paulo de Tarso. **Tenho dito!**. Porto Alegre: Tchê, 1984.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Mídia e política no Brasil**. João Pessoa: UFPB, 1999.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução à teoria da comunicação**: problemas, correntes e autores. São Paulo: Edicon, 2003.

SILVEIRA, Flávio E. (Org.). Democracia, mídia e cultura política. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, jun. 2001.

SSÓ, Ernani. **Barão de Itararé**. Porto Alegre: Tchê, 1984.

THOMSON, John B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.

VIVALDI, Gonzalo Martin. **Gêneros periodísticos**. Madrid: Paraninfo, 1973.

